

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhores acionistas
 Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres submeteu à apreciação dos Senhores as Demonstrações Contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Panorama macroeconômico
 A desaceleração da economia brasileira no fim do ano passado levou a um pior desempenho do consumo. Ao contrário das projeções traçadas ao final de 2010, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011 somou apenas 2,7%, quase um terço da expansão de 7,5% observada em 2010. Os dados do IBGE mostram que o consumo das famílias registrou o pior resultado desde 2004. O consumo das famílias brasileiras em 2011 desacelerou e as taxas de juros permaneceram em alta, aliados com a crise mundial, fatores esses que influenciarão no desempenho da Companhia.

Desempenho Econômico
Receta: A receita operacional líquida da Companhia reduziu 3% em 31 de dezembro de 2011 quando comparada ao mesmo período de 2010. Tal fato deve-se pela desaceleração da economia brasileira.

EBITDA: O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu em 2011 o valor de R\$ 2,2 milhões, representando redução de 9,8%, quando comparado ao valor obtido no ano de 2010, que somou R\$ 2,4 milhões.

Resultados financeiros: O resultado operacional líquido em 2011 apresentou uma redução de 183,7% quando comparado ao mesmo período de 2010. Em 2010 a Companhia aderiu ao Programa de Ajuste da Dívida do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul – Ajustar/ICMS, gerando benefícios de R\$ 18.715.

Perspectivas 2012: A credibilidade que a marca Hercules conquistou ao longo dos seus 75 anos de existência, e que sempre foi sinônimo de qualidade, motivou a Companhia a buscar novos segmentos e oportunidades para o crescimento em volume físico de vendas e, de forma atrelada à maximização do faturamento, de forma a retornar os padrões de anos anteriores. Com esta missão, a Companhia inicia um forte trabalho para o desenvolvimento de novas linhas de produtos, visando ampliar ofertas de produtos nos segmentos profissional, institucional, doméstico e de varejo. No início do presente ano, a Companhia marcou presença na feira Gift Fair em São Paulo, onde consolidou o trabalho que iniciara em 2010 através do lançamento ao mercado de suas novas linhas de produtos, conforme segue:

Hercules Gourmet: Uma linha variada de talheres em aço inoxidável com a marca Hercules Gourmet.

Plaza Hercules: São ligelas, travessas, assadeiras, conjuntos para chá e café e utensílios em geral.

Hercules Porzellan: São aparelhos de jantar decorados, linha hotel, refratários e uma linha petit para porções individuais para o público doméstico e institucional.

Hercules Vetro: Hercules Vetro é composto por objetos para uso diário ou ocasiões especiais, entre copos, taças, vasos e pratos de servir.

Hercules Deko: O conceito da Hercules Deko se caracteriza pelo design e qualidade de uma variedade de itens de decoração e utilidades.

Mundial Gourmet: A Mundial Gourmet são facas estampadas e forjadas, garfos, colheres e tesouras, desenvolvidos com o objetivo de simplificar a tarefa de preparação de alimentos no dia a dia.

Agradecimentos: A Administração da Companhia agradece aos colaboradores, aos fornecedores e aos acionistas pelo apoio nas decisões que vêm sendo tomadas.

Agradecimentos: A Administração da Companhia agradece aos colaboradores, aos fornecedores e aos acionistas pelo apoio nas decisões que vêm sendo tomadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais mil)		PASSIVO	
ATIVO	31/12/11	31/12/10	31/12/11
Ativo circulante	-	1	Passivo circulante
Disponibilidades	-	1	Fornecedores
Clientes (Nota 4)	1.209	717	Empréstimos e financiamentos (Nota 8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4)	(25)	(101)	Impostos e contribuições sociais (Nota 9)
Outras contas a receber	107	368	Total passivo circulante
Total ativo circulante	1.291	985	Passivo não circulante
Ativo não circulante	-	-	Impostos e contribuições sociais (Nota 9)
Depósitos judiciais	253	329	Imposto de renda e contribuição social - diferido (Nota 7)
Outras contas a receber	82	80	Partes relacionadas (Nota 12)
Créditos em controladas	249	-	Provisão para contingências (Nota 14)
Participação em coligada (Nota 5)	11.271	15.162	Total passivo não circulante
Outros investimentos	400	635	Passivo a descoberto (Nota 14)
Intangível (Nota 6)	94	90	Capital social
Total ativo não circulante	12.350	16.296	Reservas de capital
			Reservas de reavaliação
			Outros resultados abrangentes
			Prejuízos acumulados
			Total do passivo a descoberto
			Total do Passivo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO (Em reais mil)						
	Capital realizado atualizado		Reserva de reavaliação de coligada	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária				
Em 31 de dezembro de 2009	15.300	7.509	3.877	(115)	(324,84)	(285,941)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.167)	-	(3.167)
Baixa de realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(47)	-	(47)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.586)	(16.586)
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - variação cambial	-	-	-	-	(44)	(44)
Em 31 de dezembro de 2010	15.300	7.509	3.877	9.116	(159)	(338,261)
Baixa da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.374)	-	(1.374)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(142)	-	(142)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	142	142
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - variação cambial	-	-	-	-	38	38
Em 31 de dezembro de 2011	15.300	7.509	3.877	7.600	(121)	(374,476)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em reais mil, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividades desenvolvidas
 A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

b) Situação patrimonial e financeira
 A situação patrimonial e financeira da Companhia é como segue.

	31/12/11	31/12/10
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da participação em controlada	2.203	543
Prejuízo operacional antes do IR e CSLL	(37.099)	(10.329)
Capital de giro	(8.269)	(3.492)

A manutenção dos indicadores operacionais abaixo do esperado ao longo dos últimos anos, aliado à discussão relacionada à liquidação de tributos federais e com as consequências que poderiam advir, os termos descritos na nota explicativa 10(b), representam importante desafio a serem superados para a normal continuidade operacional da Companhia, que está fortemente ligada à superação dos aspectos acima descritos e pela manutenção das ações objeto do seu Planejamento Estratégico, cujos pontos básicos são:

- Incrementar os negócios através de licenciamento e lançamento de novas linhas de produtos abrangendo novos mercados.
- Promover, para o mesmo processo de capitalização e reorganização societária.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ou valor justo, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ou valor justo, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o custo do valor justo.

2.3. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Entretanto, sujeitos às estimativas incluem: a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisões necessárias para passivos contingenciais; projeções de resultados que suportam o registro de impostos e contribuições diferidas e de análise de realização de ativos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as estimativas e premissas utilizadas que apresentam probabilidade de causar algum ajuste nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas na nota explicativa 4 – Clientes – PCLD e nota explicativa 13 – Provisão para contingências.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. A variação cambial sobre investimentos em moeda estrangeira na data da preparação das demonstrações financeiras e reconhecida no patrimônio líquido da Companhia na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

2.5. Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

Em Reunião de Diretoria realizada em 19 de março de 2012, foi autorizada a apresentação das demonstrações financeiras.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são compatíveis com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. As notas explicativas abaixo não apresentarão alteração significativa em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

a. Contas a Receber de Clientes: Referem-se a valores a receber de clientes registrados pelo valor futuro, incluídos os respectivos impostos e reduções, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de realização das demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela Administração, e representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos.

b. Investimentos: Investimento na empresa coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto à variação cambial sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no grupo de "Outros Resultados Abrangentes", no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento.

c. Intangível: O ativo intangível é representado por marcas e patentes, as quais são registradas ao custo histórico.

d. Provisões: De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflete, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à variação cambial sobre provisões efetuadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos civis, fiscais, tributários e trabalhistas, os quais são provisionados mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas. Os processos considerados com risco de perda possível são apenas objeto de divulgação, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Impostos: g.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes - O Imposto de Renda é calculado e registrado sobre lucro tributável, apurado com base no resultado anual relativo a cada exercício, ajustado à forma legal à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro anual que exceder a R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas.

g.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis são consideradas para apuração do lucro tributável sendo o maior crédito ou débito tributário diferido. Os valores relativos aos impactos diferidos de ativos e passivos são registrados em ativos e passivo não circulante (nota explicativa 7). O imposto de renda diferido e contribuição social diferida são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

g.3. Impostos Recuperáveis - Os custos dos serviços prestados são apresentados líquidos dos impostos recuperáveis, em função da sistematização não-cumulatividade.

g.4. Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Alíquotas	
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISSQN	2,50%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

h. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for objeto de divulgação, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: O valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável de um ativo, a Companhia constitui provisão para deterioração, para ajuste do valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido. Os valores relativos aos impactos diferidos de ativos e passivos são registrados em ativos e passivo não circulante (nota explicativa 7).

j. Empréstimos e financiamentos: Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e variação cambial incorridos até a data-base das demonstrações financeiras, que são equivalentes ao seu reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e mensuração subsequente ao custo amortizando usando o método da taxa de juros efetiva.

k. Parcelamento Lei nº 11.941/2009: Em 30 de novembro de 2009, a companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei nº 11.941/2009, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção, resultou em uma redução da dívida em R\$ 17.537, reconhecida na rubrica ou crédito ou débito de receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa até 31 de dezembro de 2008. O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC. Segundo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a empresa formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei nº 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, o que a levou a iniciar um trabalho específico de revisão interna, para o confronto das informações necessárias à Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação. Entretanto, a Receita Federal do Brasil deverá conceder nova oportunidade para que os contribuintes que tiveram a consolidação no parcelamento da Lei nº 11.941/09 deferida e que verificaram necessidade de ajustes relacionados à inclusão/exclusão de débitos no programa de parcelamento. A chamada "reconsolidação" ainda não possui data definida, mas será proporcionada para permitir a revisão do parcelamento para os contribuintes que identificaram incongruências. Este novo procedimento tornará desnecessária a revisão administrativa, tendo em vista que a própria Receita Federal do Brasil oportunizará ao contribuinte as adequações que se fizerem necessárias. Assim, a Companhia poderá efetuar os ajustes necessários na inclusão dos débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/09, para a confirmação dos saldos mantidos nos seus contornos internos. Atualmente os pagamentos mensais são de R\$ 203. Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia, imoveis, máquinas e equipamentos.

(b) Adesão ao Ajustar – ICMS: Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (Ajustar) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento consistiu em redução de juros no montante de R\$ 18.715. Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 15.174, que está pactuado em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela SELIC e com recolhimento mensal de R\$ 174.

(c) PIS, COFINS: Refere-se a compensações efetuadas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, pendentes de homologação.

(d) IPTU: O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 498, e com pagamentos mensais de R\$ 8.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para a amortização da dívida dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a multa de inadimplência (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa. Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal. Estimando-se que a Companhia venha a crescer à razão de 3% ao ano e ainda que as amortizações ocorram obedecendo aos critérios da Resolução C/REFIS nº 004, a dívida será amortizada em aproximadamente 1.800 meses, conforme as projeções de crescimento do faturamento e de juros futuros, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Assim, foi calculada uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante a valor presente de R\$ 14.173 (R\$ 610 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). O saldo contábil da dívida está congelado desde 31 de dezembro de 1999. Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 4. O programa estabelece ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção). Em 31 de dezembro de 2011 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 462.390, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 442.217. Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº 348 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

	Juros e Atualização	Amortização	31/12/11
PIS	2.597	1.519	4.116
COFINS	9.619	7.286	16.905
IRPJ	22.450	22.819	45.269
IRPF	2.323	2.321	4.644
CSLL	16.183	-	16.183
IRPJ	33.724	-	33.724
INSS	27.950	23.934	51.884
	114.846	57.859	172.705
			169.100
			(3.222)

incondições. As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo transcorrido, com base no método da taxa efetiva de juros. A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que o benefício econômico decorrente de uma venda para a Companhia e quando possível ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita e o custo decorrente de serviços prestados, quando aplicável, são reconhecidos no resultado em função de sua efetiva prestação.

J. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

K. Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

4. CLIENTES

	31/12/11	31/12/10
Duplicatas a receber	1.209	717
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25)	(101)
	1.184	616

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o período foi como segue:

	31/12/11	31/12/10
Saldo em 31 de dezembro de 2010	107	101
Baixas ocorridas	(76)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25	-

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2011, por idade de vencimento, está assim composto:

	31/12/11	31/12/10
Valores não vencidos	1.108	566
Vencidos até 30 dias	-	50
Vencidos há mais de 181 dias	101	101
	1.209	717

5. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

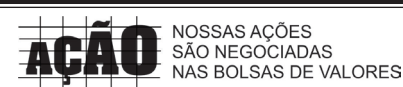
Investimento na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/11	31/12/10
Dados do investimento		
Capital social	28.794	28.794
Patrimônio líquido	101.372	136.342
% de participação	11,12	11,12
Resultado do exercício	(22.965)	18.776
Acções líquidas (milhares)	31.631	31.631
Pelo valor pat		



HERCULES S/A - FÁBRICA DE TALHERES

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 92.749.225/0001-63



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MICHAEL LENN CEITLIN
Presidente

PAULO ROBERTO LEKE
Vice-Presidente

CRISTIANO JACÓ RENNER
Conselheiro

DIRETORIA

MICHAEL LENN CEITLIN
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

JULIO CESAR CAMARA
Diretor

MARCELO FAGONDES DE FREITAS
Diretor

MARCELO FAGONDES DE FREITAS
Contador - CRC nº 1RS 057349/O-7 S SP - CPF: 526.944.020-20

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme comentado na nota explicativa 1(b) às demonstrações financeiras, a Companhia vem apurando prejuízos constantes em suas operações, redundando na situação de passivo a descoberto, o que sugere dúvidas sobre a continuidade normal de suas atividades. Na mesma nota explicativa, a Administração da Companhia apresenta, sumariamente, os planos de ação que estão sendo implementados para superar esta situação e permitir a continuidade normal das suas operações. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessas incertezas. Conforme mencionado na Nota Explicativa 9 (a), a Companhia mantém seus saldos contábeis relativos ao montante de suas obrigações, de acordo com seus controles internos, os quais divergem dos valores apresentados pela Secretaria da Receita Federal dos impostos inscritos no programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09. A Administração entende que tais diferenças entre estes saldos não resultarão em efeitos negativos para a Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa 10 (b), a Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários. Essa exclusão foi judicialmente contestada pela Companhia, que obteve medida liminar assegurando sua manu-

tenção no referido Programa, considerando a existência de documentação comprobatória. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham a ser proferidas em seu favor. Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **HÉRCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 20 de março de 2012.

Directa
Auditores

CRC Nº 2SP013002/F-4
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
CT CRC Nº 1SP114365/O-0S-RS

